

ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

LEONARDO  
VENDRUSCOL  
O  
TONIELLO:083  
04429950

Assinado de forma  
digital por LEONARDO  
VENDRUSCOLO  
TONIELLO:08304429950  
Dados: 2021.08.27  
15:02:50 -03'00s



CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 063/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2021

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 029/2021, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, separado judicialmente, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **ZEUS COMERCIAL EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 34.840.358/0001-44, estabelecido na Rua Marechal Deodoro, 90 - centro - Concordia-SC, neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. LEONARDO VENDRUSCOLO TONIELLO, brasileiro, divorciado, portador da RG nº 5.359.397 SSP/SC e CPF nº 083.044.299-50, residente e domiciliado na Rua Guilherme Helmuth Arent, 235, apto 403 - Centro - Concordia - SC, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

**Cláusula Primeira** – Do objeto: Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

**Cláusula Segunda** – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº 029/2021, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitarem.

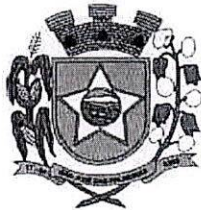
**Cláusula Terceira:** – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 217.626,00 ( duzentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e seis reais) até término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 15 (quinze) de cada mês, subsequente ao da entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

**Paragrafo único:** A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico [contabilidadesj123@gmail.com](mailto:contabilidadesj123@gmail.com)

**Cláusula Quarta** – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 31 de agosto de 2022, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	160	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício





ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

LEONARDO  
VENDRUSCOLO  
O  
TONIELLO:083  
04429950

Assinado de forma  
digital por LEONARDO  
VENDRUSCOLO  
TONIELLO:08304429950  
Dados: 2021.08.25  
15:03:39 -03'00"

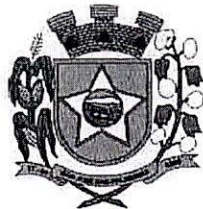


2021	230	02.002.04.121.0002.2003	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	470	03.001.04.122.0002.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	600	03.002.04.122.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	690	04.001.04.123.0003.2010	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	770	04.002.04.123.0003.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1020	05.001.12.361.0004.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1060	05.001.12.361.0004.2016	123	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1090	05.001.12.361.0004.2017	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1210	05.001.12.361.0004.2018	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1360	05.001.12.365.0004.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1500	05.001.12.365.0004.2021	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1540	05.001.12.366.0004.2022	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1680	05.002.13.392.0005.2024	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1790	06.001.10.301.0007.2026	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2180	06.002.10.301.0007.2035	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2550	06.002.10.304.0007.2039	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2720	07.001.15.452.0008.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2730	07.001.15.452.0008.2041	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2830	07.001.15.452.0008.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2840	07.001.15.452.0008.2043	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2850	07.001.15.452.0008.2043	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2860	07.001.15.452.0008.2043	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3010	07.002.26.782.0009.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3020	07.002.26.782.0009.2044	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3030	07.002.26.782.0009.2044	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3040	07.002.26.782.0009.2044	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3290	08.002.20.606.0010.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3420	09.001.08.244.0012.2049	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3480	09.002.08.241.0012.2050	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3760	09.002.08.244.0012.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3810	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3880	09.002.08.244.0012.6058	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3920	09.002.08.244.0012.6059	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4000	09.003.08.243.0012.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4060	09.003.08.243.0012.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

**Cláusula Quinta** - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

LEONARDO VENDRUSCOL  
O  
TONIELLO:08  
304429950

Assinado de forma digital por LEONARDO VENDRUSCOLO  
TONIELLO:08304429950  
50  
Dados: 2021.08.25 15:04:23 -03'00"



4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**Clausula Sexta:** O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Único:** Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Sétima:** Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

**Cláusula Oitava:** Os materiais deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme necessidade da secretaria solicitante.

**Paragrafo Primeiro:** A contratada deverá entregar os pneus no prazo de no máximo 05 (cinco) dias, no Departamento de Transporte no Município de São José das Palmeiras logo após o pedido da Secretaria Obras, Urbanismo e Transportes.

**Paragrafo Segundo – A empresa vencedora deverá, no ato da entrega dos produtos, apresentar original da Nota Fiscal e/ou cópia autenticada que comprovem a origem lícita dos mesmos, sob pena de ser negado o recebimento e rescindido o contrato.**

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais entregues, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

**Cláusula Nova - Das alterações -** As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

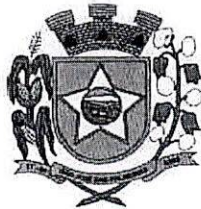
**Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção**

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“pratica corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

LEONARDO Assinado de forma  
VENDRUSCO digital por  
LO LEONARDO  
TONIELLO:08304499  
950  
Dados: 2021.08.25  
15:04:59 -03'00'



- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

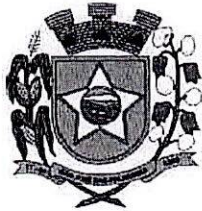
**Cláusula Décima Primeira** – Da fiscalização - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela servidora, **Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

**Cláusula Décima Segunda** - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.





ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
Contratante

LEONARDO  
VENDRUSCOLO  
TONIELLO:0830  
4429950

ZEUS COMERCIAL EIRELI  
Contratado

Testemunhas:

---

---





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021**

**OBJETO:** Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

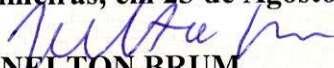
**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

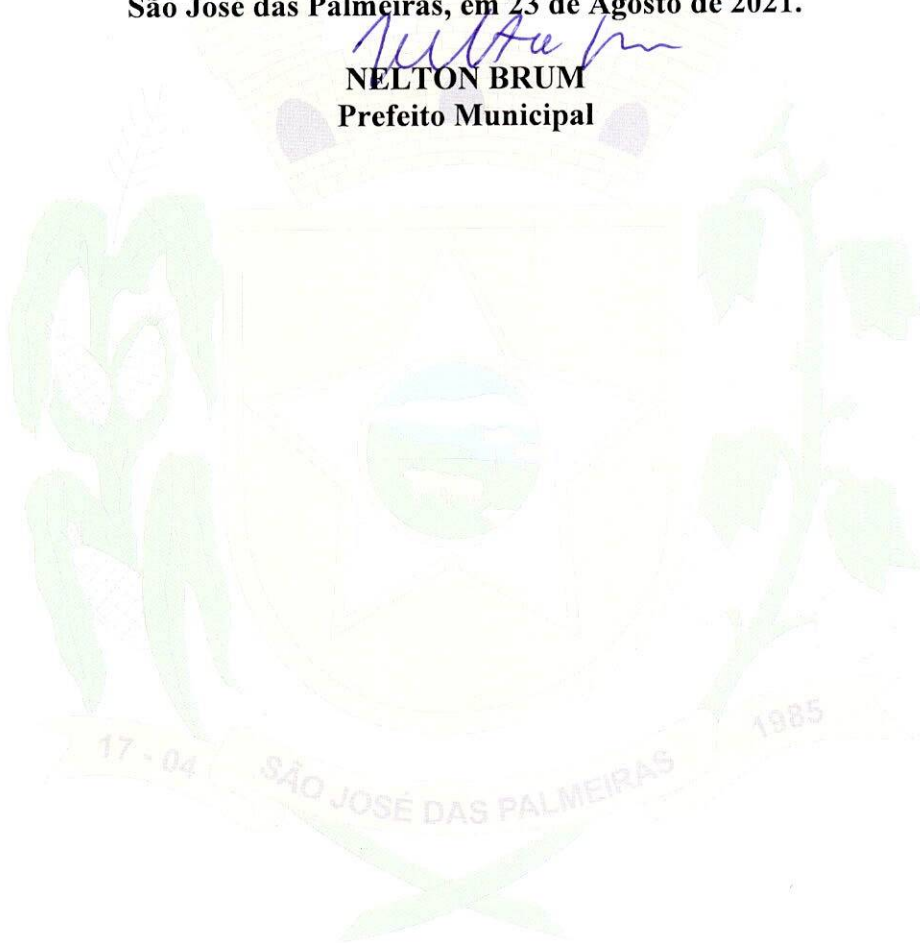
**CONTRATADO:** ZEUS COMERCIAL EIRELI

**VALOR:** R\$ 217.626,00 ( duzentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e seis reais)  
até término do contrato.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência é até 31 de Agosto de 2022.

São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.

  
**NELTON BRUM**  
Prefeito Municipal







ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 064/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 029/2021, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, separado judicialmente, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **MAICON ALEXANDRE HOFFMANN**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.669.985/0001-85, estabelecida na Av. Brasil, 2069 – centro – Santa Helena –PR, neste ato representado por seu titular o Sr. MAICON ALEXANDRE HOFFMANN, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº 8.852.587-6 SESP/PR e CPF nº 049.231.809-35, residente e domiciliado na Avenida Paraná, 2030 - Centro – Santa Helena – PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

**Cláusula Primeira** – Do objeto: Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

**Cláusula Segunda** – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº 029/2021, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitem.

**Cláusula Terceira:** – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 127.460,00 ( cento e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta reais) até término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 15 (quinze) de cada mês, subsequente ao da entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

**Paragrafo único:** A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico [contabilidadesj123@gmail.com](mailto:contabilidadesj123@gmail.com)

**Cláusula Quarta** – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 31 de agosto de 2022, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	160	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

MAICON  
ALEXANDRE  
HOFFMANN:04  
923180935

Assinado digitalmente por MAICON ALEXANDRE HOFFMANN:04923180935  
DN: cn=MAICON ALEXANDRE HOFFMANN:04923180935, o=BR, ou=CP-Brasil, ou=SAPSS 17000157  
Módulo: 10 confirma a validade e integridade deste documento  
Local: Data: 2021-09-01 10:49:03.00





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2021	230	02.002.04.121.0002.2003	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	470	03.001.04.122.0002.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	600	03.002.04.122.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	690	04.001.04.123.0003.2010	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	770	04.002.04.123.0003.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1020	05.001.12.361.0004.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1060	05.001.12.361.0004.2016	123	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1090	05.001.12.361.0004.2017	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1210	05.001.12.361.0004.2018	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1360	05.001.12.365.0004.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1500	05.001.12.365.0004.2021	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1540	05.001.12.366.0004.2022	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1680	05.002.13.392.0005.2024	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1790	06.001.10.301.0007.2026	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2180	06.002.10.301.0007.2035	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2550	06.002.10.304.0007.2039	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2720	07.001.15.452.0008.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2730	07.001.15.452.0008.2041	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2830	07.001.15.452.0008.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2840	07.001.15.452.0008.2043	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2850	07.001.15.452.0008.2043	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2860	07.001.15.452.0008.2043	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3010	07.002.26.782.0009.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3020	07.002.26.782.0009.2044	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3030	07.002.26.782.0009.2044	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3040	07.002.26.782.0009.2044	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3290	08.002.20.606.0010.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3420	09.001.08.244.0012.2049	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3480	09.002.08.241.0012.2050	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3760	09.002.08.244.0012.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3810	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3880	09.002.08.244.0012.6058	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3920	09.002.08.244.0012.6059	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4000	09.003.08.243.0012.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4060	09.003.08.243.0012.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

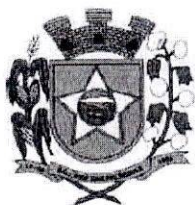
**Cláusula Quinta** - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita a seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

MAICON  
ALEXANDRE  
HOFFMANN:0  
4923180935

Assinado digitalmente por MAICON  
ALEXANDRE  
HOFFMANN:04923180935  
DN: cn=MAICON ALEXANDRE  
HOFFMANN:04923180935, o=BR  
gov, ou=1466651700157  
Motivo: Eu confirmo a autenticidade e  
integridade deste documento  
Local:  
Data: 2021-09-01 10:49:03.00





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**Clausula Sexta:** O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Único:** Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Sétima:** Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

**Cláusula Oitava:** Os materiais deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme necessidade da secretaria solicitante.

**Paragrafo Primeiro:** A contratada deverá entregar os pneus no prazo de no máximo 05 (cinco) dias, no Departamento de Transporte no Município de São José das Palmeiras logo após o pedido da Secretaria Obras, Urbanismo e Transportes.

**Paragrafo Segundo – A empresa vencedora deverá, no ato da entrega dos produtos, apresentar original da Nota Fiscal e/ou cópia autenticada que comprovem a origem lícita dos mesmos, sob pena de ser negado o recebimento e rescindido o contrato.**

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais entregues, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

**Cláusula Nova - Das alterações -** As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

**Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção**

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

MAICON  
ALEXANDRE  
HOFFMANN:049  
23180935

Assinado digitalmente por MAICON  
ALEXANDRE HOFFMANN:04923180935  
DN: cn=MAICON ALEXANDRE  
HOFFMANN, o=D3180935, c=BR  
ou=ICP-Brasil, ou=14895517000157  
Motivo: Eu confirmo a validade e  
integridade deste documento  
Local:  
Data: 2022-08-01 10:49:03.05



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**Cláusula Décima Primeira** – Da fiscalização - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela servidora, **Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

**Cláusula Décima Segunda** - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

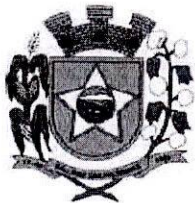
E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.

MAICON  
ALEXANDRE  
HOFFMANN:0492  
3180935

Assinado digitalmente por MAICON  
ALEXANDRE HOFFMANN:04923180935  
DN: cn=MAICON ALEXANDRE  
HOFFMANN:04923180935, o=DIG  
gov.br, ou=444557700137  
Módulo: Eu confirmo a existência e  
integridade deste documento.  
Data: 2021-09-01 10:49:02.00





ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Contratante

MAICON ALEXANDRE  
HOFFMANN:04923180  
935

Assinado digitalmente por: MAICON ALEXANDRE  
HOFFMANN:04923180935  
DN: cn=MAICON ALEXANDRE  
HOFFMANN:04923180935 o=BR c=ICP-Brasil  
ou=14895517000157  
Motivo: Eu confirmo a exatidão e integridade deste  
documento  
Local:  
Data: 2021-09-01 10:48:03.00

MAICON ALEXANDRE HOFFMANN

Contratado

Testemunhas:

---

---



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021**

**OBJETO:** Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

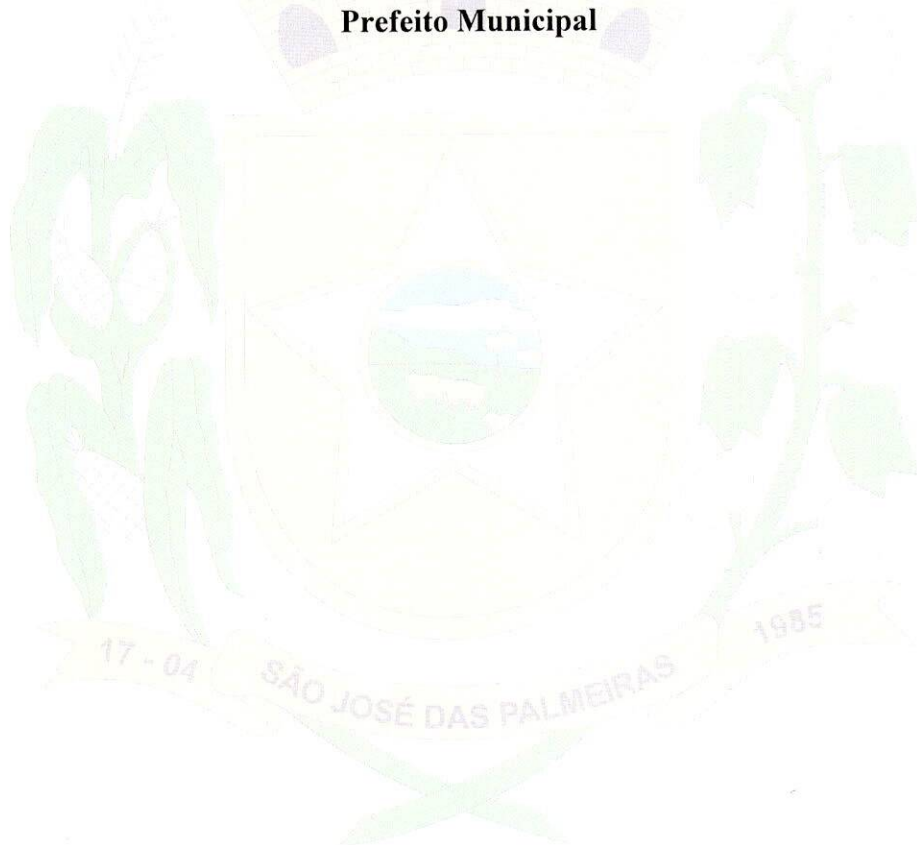
**CONTRATADO:** MAICON ALEXANDRE HOFFMANN

**VALOR:** R\$ 127.460,00 ( cento e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta reais) até término do contrato.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência é até 31 de Agosto de 2022.

São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.

  
**NELTON BRUM**  
Prefeito Municipal







ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 065/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2021

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 029/2021, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, separado judicialmente, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **AS3 AUTOMOTIVA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.151.179/0001-52, estabelecido na Rua Alcindo Ferreira Toledo, 83 – Jardim Curitiba – Campo Mourão – PR, neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. MARCO AURELIO ASSAD DOS SANTOS, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº 9.341.757-7 SESP/PR e CPF nº 072.347.729-95, residente e domiciliado na Rua Desembargador Motta, 1648 - Ed. Rotterdam – Curitiba - PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

**Cláusula Primeira** – Do objeto: Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

**Cláusula Segunda** – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº 029/2021, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitarem.

**Cláusula Terceira:** – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 94.282,00 ( noventa e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais) até término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 15 (quinze) de cada mês, subsequente ao da entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

**Paragrafo único:** A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico [contabilidadesj123@gmail.com](mailto:contabilidadesj123@gmail.com)

**Cláusula Quarta** – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 31 de agosto de 2022, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	160	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício





ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

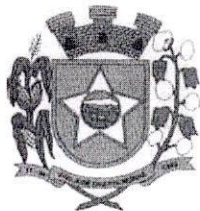


2021	230	02.002.04.121.0002.2003	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	470	03.001.04.122.0002.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	600	03.002.04.122.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	690	04.001.04.123.0003.2010	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	770	04.002.04.123.0003.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1020	05.001.12.361.0004.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1060	05.001.12.361.0004.2016	123	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1090	05.001.12.361.0004.2017	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1210	05.001.12.361.0004.2018	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1360	05.001.12.365.0004.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1500	05.001.12.365.0004.2021	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1540	05.001.12.366.0004.2022	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1680	05.002.13.392.0005.2024	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1790	06.001.10.301.0007.2026	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2180	06.002.10.301.0007.2035	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2550	06.002.10.304.0007.2039	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2720	07.001.15.452.0008.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2730	07.001.15.452.0008.2041	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2830	07.001.15.452.0008.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2840	07.001.15.452.0008.2043	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2850	07.001.15.452.0008.2043	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2860	07.001.15.452.0008.2043	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3010	07.002.26.782.0009.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3020	07.002.26.782.0009.2044	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3030	07.002.26.782.0009.2044	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3040	07.002.26.782.0009.2044	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3290	08.002.20.606.0010.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3420	09.001.08.244.0012.2049	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3480	09.002.08.241.0012.2050	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3760	09.002.08.244.0012.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3810	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3880	09.002.08.244.0012.6058	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3920	09.002.08.244.0012.6059	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4000	09.003.08.243.0012.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4060	09.003.08.243.0012.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

**Cláusula Quinta** - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**Clausula Sexta:** O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Único:** Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Sétima:** Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

**Cláusula Oitava:** Os materiais deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme necessidade da secretaria solicitante.

**Parágrafo Primeiro:** A contratada deverá entregar os pneus no prazo de no máximo 05 (cinco) dias, no Departamento de Transporte no Município de São José das Palmeiras logo após o pedido da Secretaria Obras, Urbanismo e Transportes.

**Parágrafo Segundo – A empresa vencedora deverá, no ato da entrega dos produtos, apresentar original da Nota Fiscal e/ou cópia autenticada que comprovem a origem lícita dos mesmos, sob pena de ser negado o recebimento e rescindido o contrato.**

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais entregues, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

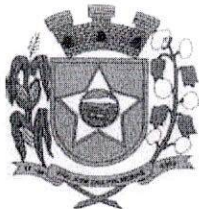
**Cláusula Nova - Das alterações -** As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

**Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção**

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

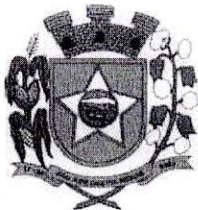
**Cláusula Décima Primeira** – Da fiscalização - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela servidora, **Sra. Isabela Aparecida Arbolea**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

**Cláusula Décima Segunda** - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.





ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
Contratante

  
AS3 AUTOMOTIVA LTDA  
Contratado

*Rosa Garaluz*

RG: 4.386.276-6  
CPF: 754.800.009-00

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

09151179/0001-52

AS3 Automotiva Ltda.

RUA ALCINDO FERREIRA TOLEDO, 83  
JARDIM CURITIBA - CEP 87303-313  
CAMPO MOURÃO - PR



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021**

**OBJETO:** Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

**CONTRATADO:** AS3 AUTOMOTIVA LTDA

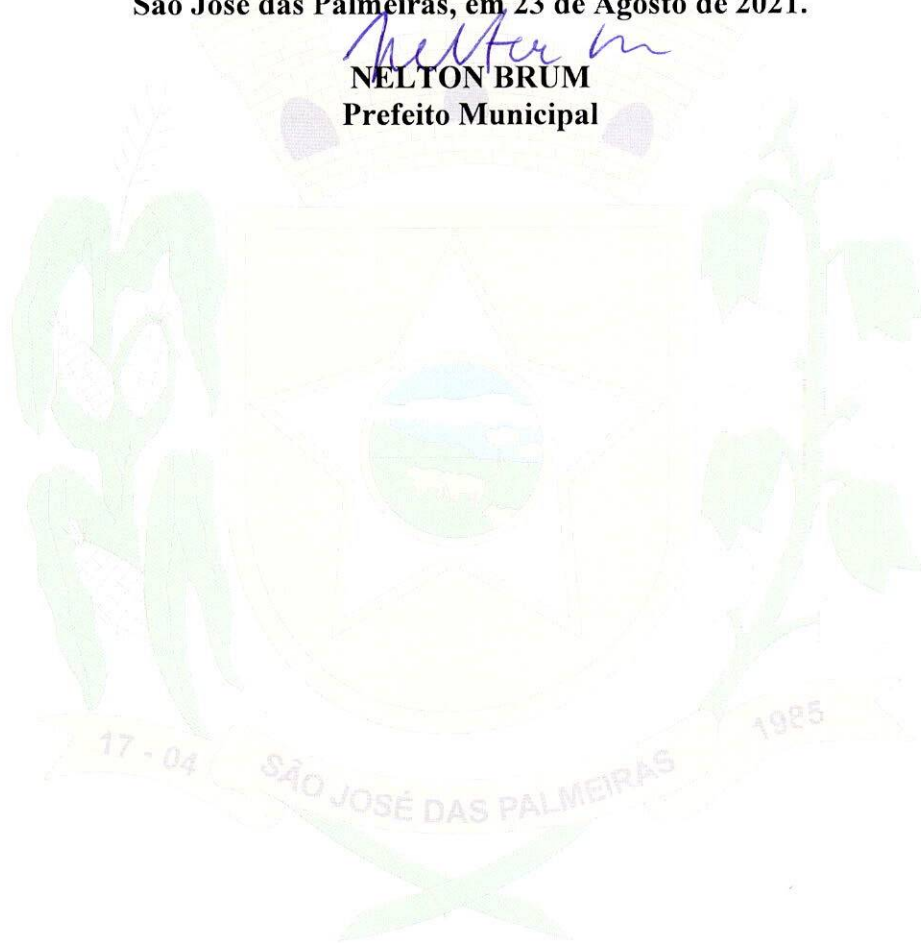
**VALOR:** R\$ 94.282,00 ( noventa e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais) até término do contrato.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência é até 31 de Agosto de 2022.

São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.

  
NELTON BRUM

Prefeito Municipal







# AS3 AUTOMOTIVA

AS3 AUTOMOTIVA LTDA

Rua Alcindo Ferreira Toledo, 83 JD CURITIBA

Campo Mourão - PR. CEP: 87303-313

Fone/Fax: (44) 3525-6669

CNPJ: 09.151.179/0001-52

I.E.: 904.20434-08

[as3automotiva@hotmail.com](mailto:as3automotiva@hotmail.com)

## PROCURAÇÃO

A  
Pregoeiro (a) oficial

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito a empresa:

**OUTORGANTE: AS3 AUTOMOTIVA LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 09.151.179/0001-52, com sede na Rua Alcindo Ferreira Toledo, 83, Jd. Curitiba CEP: 87303-313, na cidade de Campo Mourão - PR., neste ato representado por **MARCO AURÉLIO ASSAD DOS SANTOS**, portador do CPF: 072.347.729-95 e da cédula de identidade nº 9.341.757-7 SESP/PR., brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua Desembargador Motta, 1648 - 13º andar ap.131 Edifício Rotterdam, CEP: 80420-184, na cidade de Curitiba - PR., ao qual nomeia e constitui sua procuradora, a **Srª ROSA GARALUZ**, solteira, contadora, portadora da Cédula de Identidade nº: 4.386.276-6 SESP/PR e do CPF sob nº 754.800.009-00., residente e domiciliada na Av. Jorge Walter, 2347 Jardim John Kennedy, CEP: 87302-020, na cidade de Campo Mourão - PR., ao qual confere amplos poderes para representá-la perante licitações, com poderes para tomar qualquer decisão durante **todas as fases do PREGÃO**, inclusive **apresentar DECLARAÇÃO** de que a proponente cumpre plenamente os requisitos de habilitação, os envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, em nome da Outorgante; formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, **assinar a ATA** da sessão, contratos, todo e qualquer documento referente a licitações, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo (a) PREGOEIRO (A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

**Validade desta procuração : 31 de dezembro de 2022.**

Campo Mourão, 12 de junho de 2020.

*Marco Aurélio Assad dos Santos*

3º TABELIONATO DE NOTAS

AS3 AUTOMOTIVA LTDA

CNPJ: 09.151.179/0001-52

**Representante Legal: Marco Aurélio Assad dos Santos**

CPF: 072.347.729-95 RG: 9.341.757-7 SESP/PR

09151179/0001-52

AS3 Automotiva Ltda.

RUA ALCINDO FERREIRA TOLEDO, 83  
JARDIM CURITIBA - CEP 87303-313  
CAMPO MOURÃO - PR



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 60461506200979073080-2  
Data: 15/06/2020 07:24:15  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKC82731-IE90;



CNPJ: 06.870-9

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Váber Azevêdo da Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA



Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



## DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa AS3 AUTOMOTIVA LTDA - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa AS3 AUTOMOTIVA LTDA - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a AS3 AUTOMOTIVA LTDA - ME assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **30/08/2021 10:17:35 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa AS3 AUTOMOTIVA LTDA - ME ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

**1Código de Autenticação Digital:** 60461506200979073080-1 a 60461506200979073080-2

**2Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b69794ae2568b96ab46bd4866143f6f980f1519ad1fa49c69bab7c043a0851b78ca858bfbeb79f0fd7608f19e9cc1146a73a427badebe0e32caa2e1fc7530b7f3



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

**RG: 4.386.276-6**

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **4.386.276-6** DATA DE EXPEDIÇÃO: 26/06/2015

NOME: **ROSA GARALUZ**

FILIAÇÃO: LADISLAU GARALUZ  
SOCORRO MARIA DE JESUS GARALUZ

NATURALIDADE: CAMPO MOURÃO/PR DATA DE NASCIMENTO: 06/07/1971

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAMPO MOURÃO/PR, DA SEDE  
C.NASC=37643, LIVRO=35A, FOLHA=179

PIS/PASEP: 123.14768.95-9

CPF: 754.800.009-00

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR



Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste sistema. O referido é verdade. Dou fé.



**CARTÓRIO**

Autenticação Digital Código: 60462506206000529234-1  
Data: 25/06/2020 14:02:23  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKD21801-AIZI;



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Valber Azevêdo da Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 9.341.757-7

POLEGAR DIREITO

VALS

CTWA

Assinatura do Titular: Marco Aurelio Assad dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 9.341.757-7 DATA DE EXPEDIÇÃO: 23/08/2018

NOME: MARCO AURELIO ASSAD DOS SANTOS

FILIAÇÃO: ANTONIO APARECIDO DOS SANTOS  
NANCI ASSAD DOS SANTOS

NATURALIDADE: CAMPO MOURÃO/PR DATA DE NASCIMENTO: 14/04/1990

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAMPO MOURÃO/PR, DA SEDE  
C.NASC=32709, LIVRO=84A, FOLHA=16

CPF: 072.347.729-95

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

800-18-03989

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 5º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

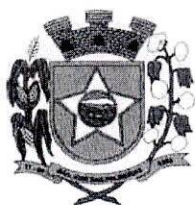
Cód. Autenticação: 60462701201555380775-1; Data: 27/01/2020 15:59:17

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJS04602-0ZBL  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Valber Azevedo da Miranda Cavalcanti  
Thular





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 066/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2021

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 029/2021, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, separado judicialmente, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **SETIM & TITON LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 20.862.784/0001-74, estabelecido na Rua Comendador Roseira, 88 – Prado Velho – Curitiba – PR, neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. LUCAS SETIM TITON, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG n.º 9.888.657-5 SSP/PR e CPF n.º 071.525.889-37, residente e domiciliado na Rua Paul Cezanne, 20 - Guabirota - Curitiba - PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

**Cláusula Primeira** – Do objeto: Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

**Cláusula Segunda** – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial n.º 029/2021, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitarem.

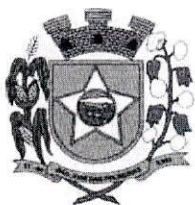
**Cláusula Terceira:** – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 25.778,00 ( vinte e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais) até término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 15 (quinze) de cada mês, subsequente ao da entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

**Paragrafo único: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico [contabilidadesj123@gmail.com](mailto:contabilidadesj123@gmail.com)**

**Cláusula Quarta** – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 31 de agosto de 2022, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	160	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	230	02.002.04.121.0002.2003	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	470	03.001.04.122.0002.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício





ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2021	600	03.002.04.122.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	690	04.001.04.123.0003.2010	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	770	04.002.04.123.0003.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1020	05.001.12.361.0004.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1060	05.001.12.361.0004.2016	123	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1090	05.001.12.361.0004.2017	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1210	05.001.12.361.0004.2018	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1360	05.001.12.365.0004.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1500	05.001.12.365.0004.2021	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1540	05.001.12.366.0004.2022	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1680	05.002.13.392.0005.2024	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1790	06.001.10.301.0007.2026	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2180	06.002.10.301.0007.2035	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2550	06.002.10.304.0007.2039	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2720	07.001.15.452.0008.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2730	07.001.15.452.0008.2041	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2830	07.001.15.452.0008.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2840	07.001.15.452.0008.2043	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2850	07.001.15.452.0008.2043	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2860	07.001.15.452.0008.2043	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3010	07.002.26.782.0009.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3020	07.002.26.782.0009.2044	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3030	07.002.26.782.0009.2044	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3040	07.002.26.782.0009.2044	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3290	08.002.20.606.0010.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3420	09.001.08.244.0012.2049	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3480	09.002.08.241.0012.2050	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3760	09.002.08.244.0012.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3810	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3880	09.002.08.244.0012.6058	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3920	09.002.08.244.0012.6059	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4000	09.003.08.243.0012.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4060	09.003.08.243.0012.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

**Cláusula Quinta** - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de

*B*





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**Clausula Sexta:** O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Único:** Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Sétima:** Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

**Cláusula Oitava:** Os materiais deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme necessidade da secretaria solicitante.

**Parágrafo Primeiro:** A contratada deverá entregar os pneus no prazo de no máximo 05 (cinco) dias, no Departamento de Transporte no Município de São José das Palmeiras logo após o pedido da Secretaria Obras, Urbanismo e Transportes.

**Parágrafo Segundo – A empresa vencedora deverá, no ato da entrega dos produtos, apresentar original da Nota Fiscal e/ou cópia autenticada que comprovem a origem lícita dos mesmos, sob pena de ser negado o recebimento e rescindido o contrato.**

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais entregues, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

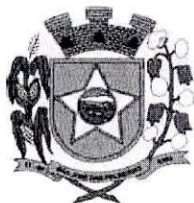
**Cláusula Nova - Das alterações -** As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

**Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção**

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**Cláusula Décima Primeira** – Da fiscalização - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela servidora, **Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

**Cláusula Décima Segunda** - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
Contratante







ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

LEOCIR

SALVINI:02

580008993

Assinado de forma  
digital por LEOCIR  
SALVINI:025800089  
93

Dados: 2021.08.24  
17:11:35 -03'00'

SETIM & TITON LTDA  
Contratado

Testemunhas:

---

---



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021**

**OBJETO:** Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR


**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

**CONTRATADO:** SETIM & TITON LTDA

**VALOR:** R\$ 25.778,00 ( vinte e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais) até término do contrato.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência é até 31 de Agosto de 2022.

São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.

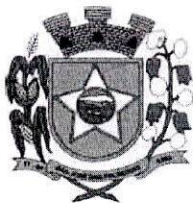
  
**NELTON BRUM**  
Prefeito Municipal

17 - 04

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

1985





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 067/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2021

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 029/2021, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, separado judicialmente, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **JMC DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.795.704/0001-60, estabelecido na Rua Marechal Floriano, 2803 – Centro – Cascavel – PR, neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. JOSÉ CARLOS DEZEN, brasileiro, casado, comerciante, portador da RG nº 5036764115 SSP/RS e CPF nº 497.024.750-15, residente e domiciliado na Rua Presidente Costa e Silva, 1750 - Coqueiral – Cascavel – PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

**Cláusula Primeira** – Do objeto: Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

**Cláusula Segunda** – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº 029/2021, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitem.

**Cláusula Terceira:** – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 13.540,00 ( treze mil, quinhentos e quarenta reais) até término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 15 (quinze) de cada mês, subsequente ao da entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

**Paragrafo único: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico contabilidadesj123@gmail.com**

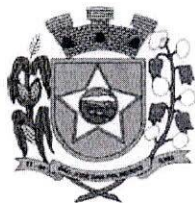
**Cláusula Quarta** – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 31 de agosto de 2022, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	160	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	230	02.002.04.121.0002.2003	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

JOSE CARLOS  
DEZEN:49702475015

Assinado de forma digital por JOSE  
CARLOS DEZEN:49702475015  
Dados: 2021.08.25 10:33:16 -03'00'





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2021	470	03.001.04.122.0002.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	600	03.002.04.122.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	690	04.001.04.123.0003.2010	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	770	04.002.04.123.0003.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1020	05.001.12.361.0004.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1060	05.001.12.361.0004.2016	123	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1090	05.001.12.361.0004.2017	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1210	05.001.12.361.0004.2018	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1360	05.001.12.365.0004.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1500	05.001.12.365.0004.2021	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1540	05.001.12.366.0004.2022	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1680	05.002.13.392.0005.2024	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1790	06.001.10.301.0007.2026	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2180	06.002.10.301.0007.2035	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2550	06.002.10.304.0007.2039	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2720	07.001.15.452.0008.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2730	07.001.15.452.0008.2041	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2830	07.001.15.452.0008.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2840	07.001.15.452.0008.2043	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2850	07.001.15.452.0008.2043	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2860	07.001.15.452.0008.2043	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3010	07.002.26.782.0009.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3020	07.002.26.782.0009.2044	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3030	07.002.26.782.0009.2044	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3040	07.002.26.782.0009.2044	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3290	08.002.20.606.0010.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3420	09.001.08.244.0012.2049	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3480	09.002.08.241.0012.2050	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3760	09.002.08.244.0012.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3810	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3880	09.002.08.244.0012.6058	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3920	09.002.08.244.0012.6059	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4000	09.003.08.243.0012.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4060	09.003.08.243.0012.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

**Cláusula Quinta** - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;

JOSE CARLOS  
CARLOS DEZEN:49702475015  
DEZEN:49702475015

Assinado de forma digital por: JOSE  
CARLOS DEZEN:49702475015  
Dados: 2021.08.25 10:33:37 -03'00'





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**Clausula Sexta:** O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Único:** Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Sétima:** Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

**Cláusula Oitava:** Os materiais deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme necessidade da secretaria solicitante.

**Paragrafo Primeiro:** A contratada deverá entregar os pneus no prazo de no máximo 05 (cinco) dias, no Departamento de Transporte no Município de São José das Palmeiras logo após o pedido da Secretaria Obras, Urbanismo e Transportes.

**Paragrafo Segundo – A empresa vencedora deverá, no ato da entrega dos produtos, apresentar original da Nota Fiscal e/ou cópia autenticada que comprovem a origem lícita dos mesmos, sob pena de ser negado o recebimento e rescindido o contrato.**

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais entregues, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

**Cláusula Nova - Das alterações -** As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

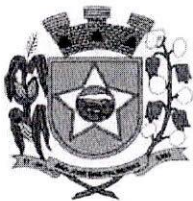
**Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção**

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

Assinado de forma digital por JOSE  
CARLOS DEZEN:49702475015  
Dados: 2021.08.25 10:33:55 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**Cláusula Décima Primeira** – Da fiscalização - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela servidora, **Sra. Isabela Aparecida Arbolea**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

**Cláusula Décima Segunda** - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

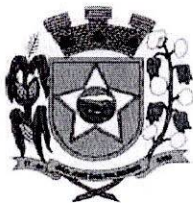
São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

JOSE CARLOS  
DEZEN:49702475015

Assinado de forma digital por JOSE  
CARLOS DEZEN:49702475015  
Dados: 2021.08.25 10:34:14 -03'00'





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Contratante

JOSE CARLOS  
DEZEN:49702475015  
JMC DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA  
Contratado

Assinado de forma digital por JOSE  
CARLOS DEZEN:49702475015  
Dados: 2021.08.25 10:34:29 -03'00'

Testemunhas:

---

---



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021**

**OBJETO:** Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

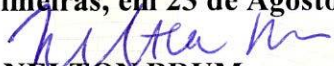
**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

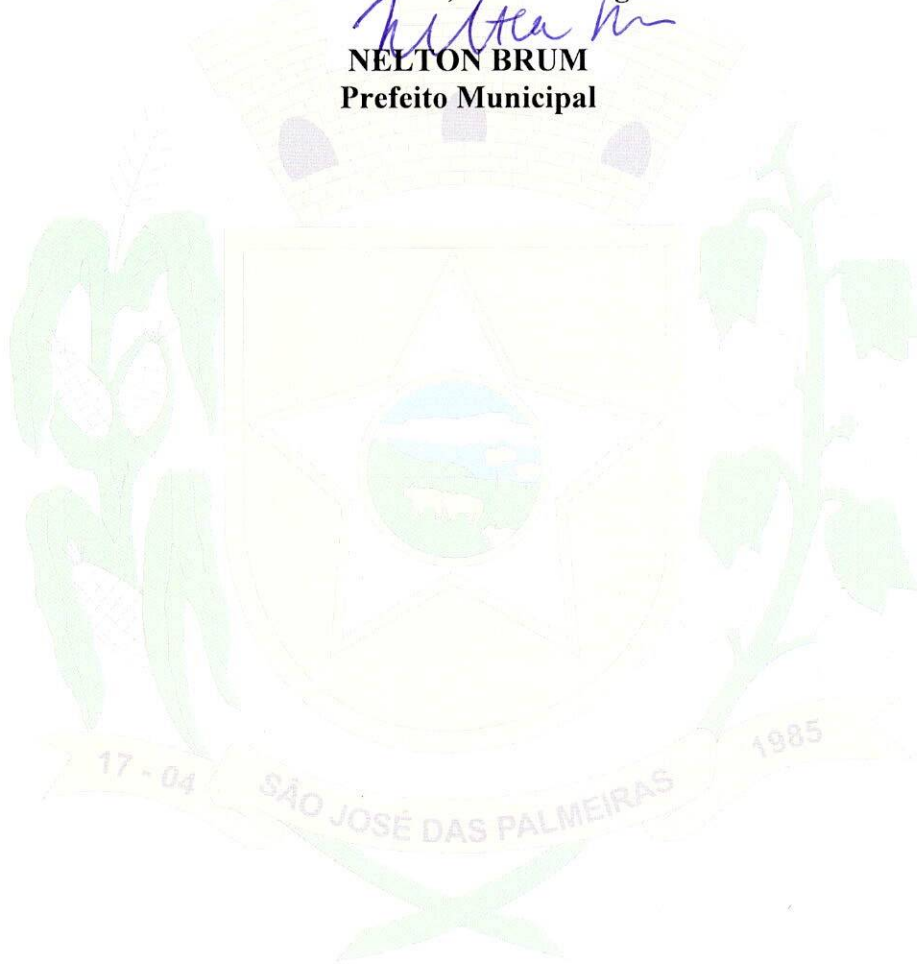
**CONTRATADO:** JMC DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA

**VALOR:** R\$ 13.540,00 ( treze mil, quinhentos e quarenta reais) até término do contrato.

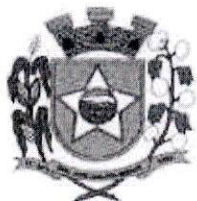
**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência é até 31 de Agosto de 2022.

São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.

  
**NELTON BRUM**  
Prefeito Municipal







ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 068/2021  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2021

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 029/2021, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, separado judicialmente, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **OAMIS PNEUS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.707.920/0001-51, estabelecido na Rua Vicente Machado, 2188 – Centro – Guarapuava – PR, neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. EDITE SILVA AQSENEN, brasileira, casada, do comércio, portador da RG nº 5.503.651-9 SSP/PR e CPF nº 706.392.219-04, residente e domiciliado na Rua Francisco Pires da Rocha, 532 – Bom Sucesso – Guarapuava - PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

**Cláusula Primeira** – Do objeto: Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

**Cláusula Segunda** – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº 029/2021, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitarem.

**Cláusula Terceira:** – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 5.076,00 ( cinco mil e setenta e seis reais)até término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 15 (quinze) de cada mês, subsequente ao da entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

**Paragrafo único: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico [contabilidadesj123@gmail.com](mailto:contabilidadesj123@gmail.com)**

**Cláusula Quarta** – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 31 de agosto de 2022, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	160	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	230	02.002.04.121.0002.2003	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

EDITE SILVA  
AQSENEN:70639221904

Assinado na forma digital por EDITE SILVA  
AQSENEN:70639221904  
DN: cn=EDITE SILVA, ou=Secretaria de Recursos Humanos do Brasil, ou=BR, ou=ICP-Brasil, ou=SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS, ou=BRASIL, ou=GOV.BR  
Data: 2021.08.25 14:49:51 -03'00'  
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2021.005.20090

Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281  
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2021	470	03.001.04.122.0002.2008	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	600	03.002.04.122.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	690	04.001.04.123.0003.2010	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	770	04.002.04.123.0003.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1020	05.001.12.361.0004.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1060	05.001.12.361.0004.2016	123	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1090	05.001.12.361.0004.2017	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1210	05.001.12.361.0004.2018	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1360	05.001.12.365.0004.2019	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1500	05.001.12.365.0004.2021	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1540	05.001.12.366.0004.2022	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1680	05.002.13.392.0005.2024	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	1790	06.001.10.301.0007.2026	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2180	06.002.10.301.0007.2035	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2550	06.002.10.304.0007.2039	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2720	07.001.15.452.0008.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2730	07.001.15.452.0008.2041	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2830	07.001.15.452.0008.2043	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2840	07.001.15.452.0008.2043	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2850	07.001.15.452.0008.2043	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	2860	07.001.15.452.0008.2043	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3010	07.002.26.782.0009.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3020	07.002.26.782.0009.2044	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3030	07.002.26.782.0009.2044	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3040	07.002.26.782.0009.2044	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3290	08.002.20.606.0010.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3420	09.001.08.244.0012.2049	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3480	09.002.08.241.0012.2050	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3760	09.002.08.244.0012.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3810	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3880	09.002.08.244.0012.6058	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3920	09.002.08.244.0012.6059	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4000	09.003.08.243.0012.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	4060	09.003.08.243.0012.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

**Cláusula Quinta** - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;

EDITE SILVA  
AQSENEN:70639221  
904

Assinado de forma digital por EDITE SILVA  
AQSENEN:70639221904  
DN: cn=EDITE SILVA, ou=Secretaria da Receita Federal  
do Brasil - RFB, ou=BR e-CPF A1, ou=IM BRANCO,  
ou=2028510500106, ou=pessoal, ou=EDITE SILVA,  
AQSENEN:70639221904  
Dados: 2021.08.25 13:49:15 -03'00'  
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2021.015.20190





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**Clausula Sexta:** O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Único:** Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Sétima:** Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

**Cláusula Oitava:** Os materiais deverão ser entregues pela CONTRATADA, conforme necessidade da secretaria solicitante.

**Paragrafo Primeiro:** A contratada deverá entregar os pneus no prazo de no máximo 05 (cinco) dias, no Departamento de Transporte no Município de São José das Palmeiras logo após o pedido da Secretaria Obras, Urbanismo e Transportes.

**Paragrafo Segundo – A empresa vencedora deverá, no ato da entrega dos produtos, apresentar original da Nota Fiscal e/ou cópia autenticada que comprovem a origem lícita dos mesmos, sob pena de ser negado o recebimento e rescindido o contrato.**

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais entregues, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

**Cláusula Nova - Das alterações -** As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

**Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção**

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- “prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

EDITE SILVA  
AQSENEN:7063  
9221904

Assinado de forma digital por EDITE SILVA  
AQSENEN:70639221904  
DN: cn=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - SP, ou=ICP-SP, ou=ICP-  
BRANCO, ou=20081010000106, ou=presencial,  
cn=EDITE SILVA AQSENEN:70639221904  
Date: 2021.08.25 13:49:25 -03'00'  
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2021.005.20069



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**Cláusula Décima Primeira** – Da fiscalização - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pela servidora, **Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

**Cláusula Décima Segunda** - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
Contratante

EDITE SILVA  
AQSENEN:7063922  
1904

Assinado de forma digital por EDITE SILVA  
AQSENEN:70639221904  
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, ou=CPF, ou=EM  
BRANCO, ou=20085185001196, ou=presencial,  
cn=EDITE SILVA AQSENEN:70639221904  
Dados: 2021.08.25 13:49:34 -03'00'  
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2021.005.20060





Assinado de forma digital por EDITE SILVA AGUIAR/EN 70639221904  
DNE: c=BR, o=CPFL Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB-e-CPF, ou=1, ou=SEM SECRETARIA, ou=20085105000105, ou=presencial, cn=EDITE SILVA AGUIAR/EN 70639221904  
Dados: 2021.08.25 13:49:41 -03'00'  
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2021.005.200860

---



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021**

**OBJETO:** Aquisição de Pneus Novos para Atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

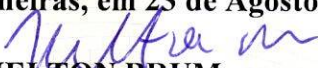
**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

**CONTRATADO:** OAMIS PNEUS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

**VALOR:** R\$ 5.076,00 ( cinco mil e setenta e seis reais) até término do contrato.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência é até 31 de Agosto de 2022.

São José das Palmeiras, em 23 de Agosto de 2021.

  
**NELTON BRUM**  
Prefeito Municipal

